



Território-Patrimônio em risco: aplicação representacional para uma reterritorialização em Aracruz-ES

Julia Curto Uliana e Renata Hermann de Almeida

Julia Curto ULIANA 

Universidade Federal do Espírito Santo; Centro de Artes; Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo;
ju.uliana@hotmail.com

Renata Hermann de ALMEIDA 

Universidade Federal do Espírito Santo; Centro de Artes; Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo;
renata.almeida@ufes.br

ULIANA, Julia Curto; ALMEIDA, Renata Hermann de. Território-Patrimônio em risco: aplicação representacional para uma reterritorialização em Aracruz-ES. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, e 627, jul. 2026

data de submissão: 30/03/2026

data de aceite: 03/07/2026

DOI: 10.51924/revthesis.2026.v11.627

Contribuição de autoria: Concepção; Redação - revisão e edição: ULIANA, J. C.; ALMEIDA, R. H. Análise; Metodologia; Redação – rascunho original: ULIANA, J. C. Supervisão: ALMEIDA, R. H.

Conflitos de interesse: As autoras certificam que não há conflito de interesse.

Financiamento: CAPES-DS.

Uso de I.A.: As autoras certificam que não houve uso de inteligência artificial na elaboração do texto.

Editores responsáveis: Isis Pitanga e Rodrigo Scheeren.



Resumo

Inserido na tríade temática do território, patrimônio e representação, o presente artigo enfrenta a aplicação de metodologia representacional para identificação, classificação e valorização do patrimônio territorial local, realizada a partir de cartografias dos morfotipos territoriais - ambiental, rural, urbano e de assentamento. Para tanto, o embasamento teórico-metodológico pauta-se na Escola Territorialista Italiana (ETI), em sua compreensão do território como patrimônio, o qual está sujeito a riscos em meio às transformações ocorridas. O problema é identificado pela desterritorialização alargada no município de Aracruz/ES, marcada por transformações territoriais detratoras das características locais, colocando o patrimônio territorial em risco. Em vista dessa problemática, o artigo objetiva elaborar um Atlas do Patrimônio Territorial - método de análise e reconhecimento do patrimônio territorial local, mediador em uma reterritorialização -, e especificamente: (i) aplicar metodologia representacional morfotipológica do território de Aracruz; (ii) interpretar relações entre assentamentos humanos e ambiente; (iii) reconhecer invariantes e regras de transformação do território; e (iv) endereçar ações de projeto e plano territorial orientadas a uma reterritorialização do município de Aracruz. A partir de metodologia qualitativa-descritiva e empírica, o artigo é desenvolvido em duas etapas, a primeira de conhecimento do objeto-concreto, seguida de elaboração do Atlas do Patrimônio Territorial, permitindo a interpretação e representação dos sedimentos territoriais. O resultado é a compreensão morfotipológica territorial, a partir da identificação do patrimônio territorial, cuja contribuição orienta a uma reterritorialização, ou seja, uma patrimonialização.

Palavras-chave: morfotipologia, patrimônio territorial, patrimonialização, Aracruz/ES.

Abstract

Positioned within the thematic triad of territory, heritage and representation, this article addresses the application of a representational methodology for the identification, classification, and valorization of local territorial heritage. This is conducted through the cartography of territorial morphotypes: environmental, rural, urban, and settlement. Therefore, the theoretical-methodological framework is based on the Italian Territorialist School (ITS), which perceives the territory as heritage that is subject to risks amidst ongoing transformations. The problem is identified as widespread deterritorialization in the municipality of Aracruz/ES, marked by territorial transformations that detract from local characteristics and place the territory as heritage at risk. In view of this issue, the article objective to develop a Territorial Heritage Atlas – a method for analyzing and recognizing local territorial heritage that serves as a mediator for reterritorialization. Specifically, it seeks to: (i) apply a morphotypological representational methodology to the territory of Aracruz; (ii) interpret the relationships between human settlements and the environment; (iii) recognize invariants and rules of territorial transformation; and (iv) address project actions and territorial planning oriented toward the reterritorialization of municipality of Aracruz. Based on a qualitative-descriptive and empirical methodology, the article is developed in two stages: first, obtaining knowledge of the concrete object, followed by the elaboration of the Territorial Heritage Atlas, allowing for the interpretation and representation of the territorial sediments. The result is a territorial morphotypological understanding based on the identification of territorial heritage, whose contribution guide-stoward reterritorialization, that is, a process of patrimonialization.

Keywords: morphotypology, territorial heritage, patrimonialization, Aracruz/ES.

Resumen

Insertado en la tríada temática de territorio, el patrimonio y la representación, el presente artículo aborda la aplicación de una metodología representacional para la identificación, clasificación y valorización del patrimonio territorial local, realizada a partir de cartografías de los morfotipos territoriales: ambiental, rural, urbano y de asentamiento. Para ello, el fundamento teórico-metodológico se fundamenta en la Escuela Territorialista Italiana (ETI), que comprende el territorio como patrimonio, el cual está sujeto a riesgos en medio de las transformaciones ocurridas. El problema se identifica a través de la desterritorialización generalizada en el municipio de Aracruz/ES, marcada por transformaciones territoriales detractoras de las características locales, poniendo en riesgo el patrimonio territorial. Ante esta problemática, el artículo tiene como objetivo elaborar un Atlas del Patrimonio Territorial – método de análisis y reconocimiento del patrimonio territorial local, mediador para una reterritorialización – y, específicamente: (i) aplicar la metodología representacional morfotipológica del territorio de Aracruz; (ii) interpretar las relaciones entre los asentamientos humanos y el medio ambiente; (iii) reconocer las invariantes y las reglas de transformación del territorio; y (iv) dirigir acciones de proyecto y planificación territorial orientadas a una reterritorialización del municipio de Aracruz. A partir de una metodología cualitativo-descriptiva y empírica, el artículo se desarrolla en dos etapas: la primera consiste en el conocimiento del objeto concreto, seguida de la elaboración del Atlas del Patrimonio Territorial, permitiendo la interpretación y representación de los sedimentos territoriales. El resultado es la comprensión morfotipológica territorial, a partir de la identificación del patrimonio territorial, cuya contribución orienta hacia una reterritorialización, es decir, una patrimonialización.

Palabras-clave: morfotipología, patrimonio territorial, patrimonialización, Aracruz/ES.

Introdução

O presente artigo¹ se insere na tríade temática território, patrimônio² e representação, compreendendo o território como uma construção histórica resultante da sobreposição de camadas e sedimentos³ constituintes de sua condição patrimonial. Expressão de processos coevolutivos, o patrimônio territorial é uma valoração ampliada do patrimônio, constituído pelo ambiente físico (neo-ecossistemas produzidos por civilizações subsequentes), ambiente construído (formado por invariantes estruturais, cidades históricas e monumentos) e ambiente antrópico (modelos socioculturais, identitários, artísticos, produtivos e políticos), em um processo histórico de sobreposição de territorializações, interpretado em escalas da cidade e da região (Magnaghi, 2010, 2017). O patrimônio territorial é duradouro, resultante da construção e acúmulo das camadas de conhecimento, estruturas, histórias e civilizações, constituintes da identidade e das estruturas capazes de expressar seu valor relacional e seu potencial (Magnaghi, 2000). Nessa condição, o

¹ Desenvolvido a partir da dissertação de mestrado e do doutoramento, em andamento, de Julia Curto Uliana, sob orientação da professora doutora Renata Hermann de Almeida.

² Dentre os autores que elaboram o conceito de patrimônio territorial no Brasil, destaca-se a pesquisa e a produção bibliográfica de três autores: Rafael Winter Ribeiro, que desenvolve suas reflexões principalmente a partir da perspectiva da paisagem cultural, categoria não utilizada no artigo; Everaldo Batista da Costa, apresenta proposta conceitual acerca do território-patrimônio em perspectiva decolonial, dedicado, em especial, ao México e à específicos países latino-americanos; e Marco Aurélio Saquet, elabora a conceituação de patrimônio territorial fundamentado nas contribuições de Alberto Magnaghi, professor e pesquisador fundador da Escola Territorial-

lista Italiana (ETI). Considerando o objetivo do artigo, ao analisar o patrimônio territorial de Aracruz a partir da perspectiva dos morfotipos territoriais, entende-se que a adição aprofundada desses autores ampliaria o escopo teórico da discussão, sem, contudo, contribuir diretamente para a compreensão do problema central investigado.

³ Sedimentos territoriais são um conjunto de informações que compõem o tipo e os invariantes estruturais (regras estruturantes do território), classificados em cognitivos (de sabedoria ambiental e identitária) e material (por elementos permanentes e persistentes) (Magna-ghi, 2001).

⁴ Grupo de pesquisa teórico-prático instituído no final da década de 1980, na Universidade de Firenze. O grupo é constituído por diversas universidades italianas, com pesquisadores multidisciplinares envolvidos em questões sobre o desenvolvimento local, planejamento espacial e urbano e representação identitária.

patrimônio territorial está sujeito aos riscos decorrentes de processos de territorialização associados à urbanização conduzida por relações de poder político e econômico.

A partir de abordagem conceitual e metodológica proposta pela Escola Territorialista Italiana (ETI) ⁴, enfrenta-se a aplicação de metodologia direcionada à identificação, classificação e representação do patrimônio territorial local, realizada a partir de cartografias morfotipológicas, as quais possuem quatro categorias: ambiental, rural, urbana e de assentamento. A morfotipologia estuda a forma enquanto resultado dos processos coevolutivos de longa duração, evidenciando os componentes espaciais singulares do território (Poli, 2017).

O problema identificado em Aracruz, Espírito Santo, surge em continuidade ao último quarto do século XX, revelando, atualmente, em modo acelerado, uma desterritorialização alargada no município, expressa por intensificada urbanização em modo disperso, fragmentado e difuso, em manifesto desejo de desenvolvimento econômico estruturado em racionalidade funcionalista. Marcado por transformações territoriais detratadoras das características locais, esse movimento procede por destruição (perda) de sedimentos cognitivos e materiais, colocando o patrimônio territorial em nível de risco correspondente à intensidade da desterritorialização produzida. Frente à problemática exposta, o artigo apresenta como objetivo a elaboração de narrativa morfotipológica e de representação territorial, obtidas pela elaboração do Atlas do Patrimônio Territorial, método de análise e reconhecimento do patrimônio territorial local, concebido como fundamento mediador de uma reterritorialização virtuosa – uma patrimonialização, compreendida como a ação de reconhecimento dos sedimentos de territorializações anteriores pela própria comunidade e a serem adotados como referência para projetos futuros de base comunitária (Poli, 2015). O procedimento segue etapas fundamentais, objetivando, especificamente: (i) aplicar metodologia representacional morfotipológica do território de Aracruz; (ii) interpretar relações entre assentamentos humanos e ambiente; (iii) reconhecer invariantes e regras de transformação do território; e (iv) endereçar ações de projeto e plano territorial orientadas a uma reterritorialização do município de Aracruz.

A discussão se fundamenta na leitura morfotipológica enquanto procedimento revelador de conhecimento e mediador de proposição estatutária, mobilizadores de

um agir coletivo e público voltado à reterritorialização, aqui compreendida em equivalência à patrimonialização proativa. Esse processo articula patrimônio territorial e consciência social por meio da identificação, conscientização e valoração do território, evidenciando seu valor por meio dos sedimentos - invariantes contínuos no tempo. Para a efetivação da patrimonialização proativa, é necessário o reconhecimento do território como um bem comum, superando possíveis fragmentações sociais e fortalecendo o sentimento de pertencimento, ao construir vínculos mais coesos entre o sujeito e o território (Poli, 2015). A patrimonialização proativa se manifesta no empoderamento das comunidades locais e em sua capacidade de mobilização social ativa, refletida na participação consciente e coletiva nos processos de reconhecimento, valorização e gestão do patrimônio territorial. Destarte, a patrimonialização proativa e a reterritorialização são compreendidas como processos de intrínseca correspondência, pois, ambas pressupõem uma nova territorialização fundamentada no processo identitário, dos sedimentos e dos valores territoriais. Ademais, sua efetivação depende da participação ativa dos sujeitos, em atuação essencial para a reelaboração dos vínculos entre sujeito e território e para o incentivo de dinâmicas de desenvolvimento territorial.

A metodologia adotada é qualitativa-descritiva e empírica, pois busca compreender o objeto de modo aprofundado (Serra, 2006), baseada na abordagem teórico-metodológica na ETI, centrada na compreensão, descrição, representação e análise sistemática do território. O processo se desenvolve em duas etapas: (1) conhecimento aprofundado do território enquanto objeto-concreto de estudo; e (2) elaboração de um Atlas do Patrimônio Territorial. A análise morfotipológica assume caráter estrutural ao revelar as regras de reprodução do território e seus processos coevolutivos, permitindo interpretar e representar os sedimentos territoriais de valor patrimonial — hidrogeomorfológicos, construtivos e antrópicos —, práticas da patrimonialização, orientadas ao processo de reterritorialização. Para tanto, a ETI propõe um esquema analítico-processual para o retorno ao lugar - para uma reterritorialização - desenvolvido em cinco movimentos (Magnaghi, 2005) (Figura 1): (1) estabelecimento teórico-metodológico do conceito de desenvolvimento local sustentável; (2) definições metodológicas e técnicas representacionais identitárias dos lugares e seus sedimentos de valor patrimonial; (3) elaboração de representação identitária e de Estatuto do Lugar; (4) elaboração de um cenário estratégico, fundamentado na valorização dos sedimentos de va-

lor patrimonial locais, segundo as regras definidas no Estatuto; (5) redefinição de atribuições, instrumentos e processos de planejamento a partir das informações adquiridas no processo.

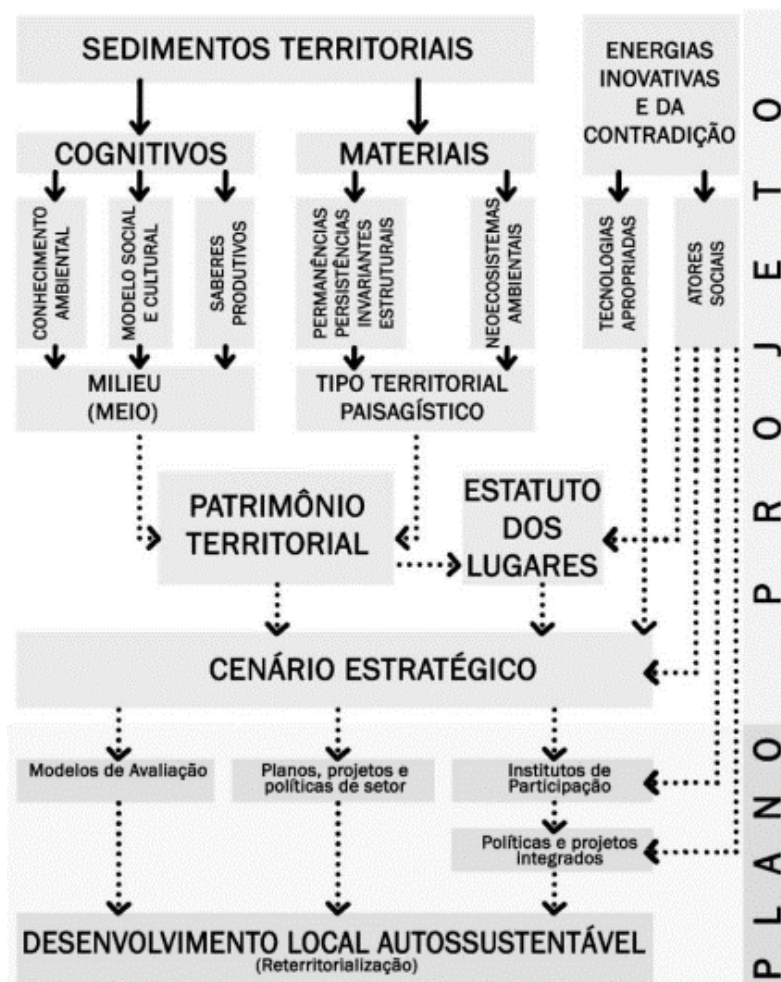


Figura 1

Esquema analítico-processual para o desenvolvimento local autossustentável. Fonte: Magnaghi, 2005, p. 8 – Traduzido em: Nossa, 2020, p. 35.

⁵ Software de código-fonte aberto, de uso livre. Nele, é permitida a criação, manipulação, visualização, sobreposição, processamento e armazenamento de informações geoespaciais, resultando em mapeamentos.

⁶ Retirados dos sites Geobases, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema).

A representação territorial, elaborada no Atlas do Patrimônio Territorial, será produzida por mapeamento cartográfico, com o auxílio da tecnologia SIG (Sistemas de Informações Geográficas) e o uso do software Q.Gis⁵, a partir de bases de dados utilizadas de consulta livre, disponibilizadas online⁶. O procedimento de sobreposição de camadas foi realizado a partir da coleta e sistematização dos dados disponíveis, selecionadas as camadas pertinentes a cada morfotipo com base na fundamentação teórico-metodológica desenvolvida. O mapeamento, resultante da sobreposição de informações geográficas, promove um conhecimento do patrimônio territorial aprofundado, direcio-

nado à identificação dos elementos permanentes, persistentes e cancelados. Assim, possibilita a descrição e a representação dos elementos e das relações patrimoniais, contribuindo para uma interpretação mais próxima da realidade, ampliando a capacidade analítica do processo e subsidiando futuras proposições e intervenções, elaboradas de modo mais consistente e assertivas (Carta, 2011; Poli, 2017; Magnaghi, 2001).

A experimentação realiza uma análise histórico-estrutural e morfotipológica do município de Aracruz (Figura 2), objeto concreto do estudo. A análise destaca, de um lado, a extensa faixa litorânea, a densa rede hidrográfica, a localização do núcleo administrativo no interior do território e a permanência de núcleos populacionais indígenas, e, de outro, a presença de estruturas industriais e portuárias e a predominância da monocultura do eucalipto articuladas a uma logística global intensiva em constante expansão. Como resultado das interferências identificadas, tem-se a perda de sedimentos materiais e cognitivos, do patrimônio territorial, associada à significativas alterações sócio-espço-temporais. A ocupação territorial de Aracruz vem sendo pautada no crescimento econômico industrial e no uso do solo direcionado à eucaliptocultura (sobretudo em sua porção central) e à portos de grande porte especializados na exportação de celulose e ao apoio à navegação, na costa litorânea.

O esquema processual permite o reconhecimento dos valores e criticidades locais de modo a mobilizar uma comunidade projetante a partir de seus referenciais de seus sedimentos territoriais constituintes de sua identidade territorial. Busca-se, portanto, compreender os potenciais locais expressos nos morfotipos territoriais, reconhecendo e valorizando a identidade e o patrimônio patrimoniais — tanto em seus aspectos materiais quanto cognitivos — a fim de obter um retorno ao lugar.

A representação territorial e a análise morfotipológica se estruturam em categorias estabelecidas por Poli (2017). A análise se dá a partir da definição de configurações espaciais, compreendidas como morfologia (a forma específica) — e tipologia (a repetição dessa forma). No referente às categorias morfotipológicas, o morfotipo territorial é reconhecido em quatro categorias (urbano, de assentamento, rural e ambiental) e se define pelo sistema de relações entre assentamento humano e ambiente, por meio da identificação dos invariantes estruturais, ou seja, suas singularidades histórico-estruturais de longa duração. Portanto, a análise morfotipológica se torna uma norma qua-

litativa de representação dos componentes espaciais singulares do território (representáveis, mensuráveis, avaliáveis) no contexto regional resultantes de processos coevolutivos de longa duração (Poli, 2017).

2. Análise histórico-estrutural e representacional do território: Atlas do Patrimônio Territorial

O território é resultado de atos territorializantes expressivos de processos de poder (de dominação e/ou de apropriação) constituídos por meio de transformações materiais (permanências, persistências e neo-ecossistemas ambientais) e cognitivas (conhecimento ambiental, modelo social e cultural, saberes produtivos) (Magnaghi, 2010), conduzidas por urbanização estruturada na “forma” metrópole, de caráter funcional explorador do território como prótese tecnológica. Tal processo - sucessivos e sobrepostos atos territorializantes - provoca mudanças cíclicas, reconhecíveis em nascimento, crescimento e morte⁷. Para a compreensão e representação de tal processo, elabora-se o “Ciclo T-D-R”, ou, Ciclo de Territorialização (processo de habitar e vivenciar o território, podendo estar vinculado ou não a um planejamento, é uma fase de construção territorial), de Desterritorialização (perda da cultura local, o desenraizamento territorial, a fase de destruição - interrupção dos ciclos históricos territoriais, degradação ambiental e social, e destruição das identidades, em uma uniformização e artificialização global) e de Reterritorialização (processo após a desterritorialização, busca resgatar a identidade e os valores territoriais em uma nova territorialização). Cada ciclo reorganiza e transforma o território, insere elementos funcionais (destinados ao recurso - “controle físico, da produção e do lucro”) e simbólicos (referenciais de “abrigo”, “lar”, segurança afetiva”) (Haesbaert, 2004, p. 4-5), contribuindo para a conservação e a reprodução do tipo territorial por meio das transformações (destrutivas e reconstrutivas), impulsionadas pelas particularidades culturais do assentamento. Em cada novo ciclo, a integração entre os sucessivos atos territorializantes conforma a massa territorial, permitindo a identificação dos elementos invariantes e persistentes - articulando o antigo e o novo (Magnaghi, 2001). Assim sendo, conclui-se que a territorialização é composta por atributos e dinâmicas do território, e a reconstituição dos ciclos de territorialização permite interpretar as particularidades locais como sedimentos do lugar, dos ambientes físico, construído e antrópico, portanto, constituintes da identidade.

A produção territorial ocorre a partir dos atos terri-

⁷ O ciclo T-D-R, elaborado por Magnaghi (2000), possui como base o entendimento das forças de poder atuantes sobre o território, gerando processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, concebido por Claude Raffestin inicialmente em “Por uma geografia do poder”, de 1983.

torializantes, constituídos de ações de dominação, perimetração, transformação material (estabelecimento de infraestrutura, arquitetura e assentamento), comunicação e estruturação, para a formação de vilas, cidades e regiões. O ato territorializante pode ser contínuo e/ou sucessivo constituído por um espaço natural com intervenções antrópicas. Como parte do método descritivo e analítico do processo, elabora-se o Atlas do Patrimônio Territorial, onde são representados os sedimentos territoriais constituintes da identidade territorial capazes identificar, mapear e descrever os valores do território e suas transformações em longa duração. A representação cartográfica nas disciplinas referentes à Arquitetura e Urbanismo é uma aliada no processo de pesquisa, principalmente no âmbito urbanístico, pois, a partir dela um conjunto de dados é agrupado, organizado e analisado por meio da sobreposição de camadas em aplicativos de desenvolvimento de cartografias, como um sistema informacional. O processo representativo proporciona conhecimento técnico para análise e produção de previsões e prospecções em cenários de mudança, incluindo a proteção e a transmissão geracional do patrimônio territorial local, como na reterritorialização, principalmente em vista de sua proteção e continuidade em um processo de patrimonialização.

O método para o estudo histórico-representacional-analítico é desenvolvido em duas etapas. A primeira, refere-se à compreensão profunda do objeto concreto, realizada por levantamento documental (escrito, iconográfico e cartográfico) e reveladora da formação e da evolução da ocupação territorial, por meio do reconhecimento de atos territorializantes relevantes. Como resultado da etapa, constitui-se o ciclo de territorialização do objeto concreto (Figura 2). A segunda, trata da (re) composição documental expressiva das transformações, invariâncias, inovações e contradições decorrentes de múltiplas territorializações (Magnaghi, 2001). A elaboração do Atlas procede por reconhecimento, ma-

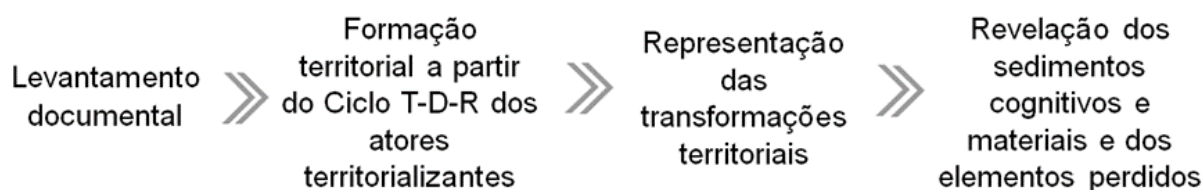


Figura 2

Processo metodológico para compreensão do objeto concreto. Fonte: Uliana, 2022, p. 59.

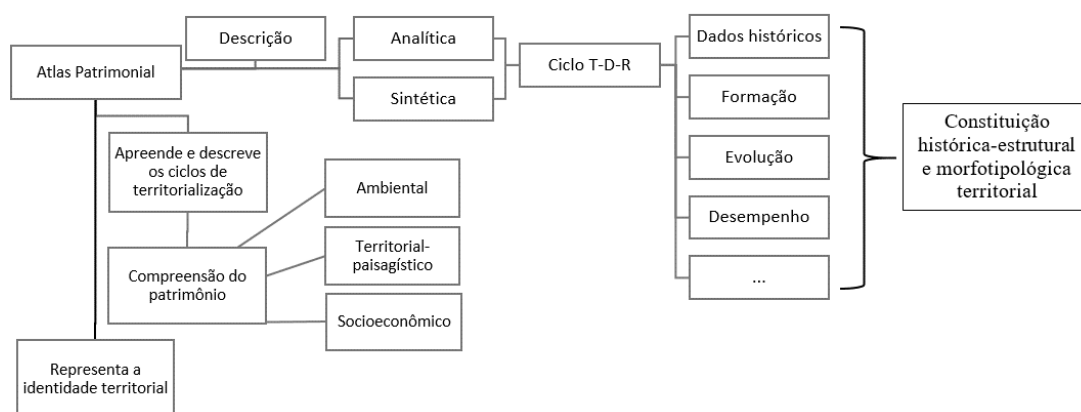


Figura 3

Fases de elaboração do Atlas do Patrimônio Territorial para constituição histórico-estrutural e morfotipológica. Fonte: Uliana, 2022, p. 59.

peamento e descrição dos valores e das modificações do território, resultando na representação da identidade territorial (Figura 3); constituída e integrada por camadas de territorialização sócio-espço-temporais.

Conforme a fundamentação teórica e metodológica apresentada, segue-se para a reconstrução dos processos de territorialização (Magnaghi, 2005, 2017; Poli, 2017), visando reconhecer o território em sua condição patrimonial. Para tanto, adotam-se quatro fases sequenciais: (i) comparação entre a estrutura histórica de assentamento e o substrato geomorfológico, destacando a coerência estrutural do processo evolutivo; (ii) análise dos processos políticos e socioeconômicos estruturantes subjacentes às formas físicas do território, destacando hierarquias e assentamentos; (iii) reconhecimento de elementos paisagísticos pela investigação das formas e transformações territoriais; (iv) representação dos ciclos de territorialização e das permanências históricas. É destacado que a análise dos ciclos considera a identidade cultural constituinte da história local; o conhecimento é fundamental para a compreensão dos valores da cidade e do território, pois, cada ciclo de territorialização é um evento cultural ocorrido no mesmo ambiente, promovendo modificações peculiares em seu assentamento - expressão da simbiose entre elementos humanos e naturais (Magnaghi, 2001).

Conforme a Figura 4, o esquema do Ciclo T-D-R (Magnaghi, 2001, p. 16) representa o processo histórico de territorialização, podendo ser interpretado em duas etapas. A primeira etapa se inicia na seção 0 do diagrama, configuradora das características do sistema

ambiental original (natureza ambiental ou substrato material primitivo) e sua evolução geomorfológica; o período da seção 0 a 1 representa a territorialização não intencional, realizada pela primeira civilização. A partir da seção 1, são representadas as territorializações permanentes, nas quais cada ato territorializante é marcado por um segmento e onde são inseridos novos sedimentos, interrompidos e/ou continuados aos pré-existentes, da fase anterior, indicando momentos de ruptura e de reconfiguração territorial. A fase N-1 corresponde ao ciclo da civilização moderna anterior à contemporânea. Entre as fases 2 e N-1, são identificados processos de desterritorialização e reterritorialização, ocorrendo uma mudança na segunda parte do diagrama. A segunda fase, iniciada em N-1, é identificada como um processo alargado de desterritorialização, rumo à reterritorialização, representando a produção territorial contemporânea, a partir do século XX. Nela, são identificados os sedimentos acumulados nas territorializações anteriores, os quais constituem influências como energias da contradição e, simultaneamente, definem energias de inovação⁸, impulsionando uma reterritorialização.

O processo de reterritorialização é elaborado em conduta autodeterminada, com a pretensão de valorizar e impulsionar características, sedimentos e particularidades locais. Cada seção possui individualidades do assentamento e do sistema ambiental local, no qual é descrita a paisagem e a estrutura morfotipológica territorial e urbana, propiciando a identificação dos sedimentos territoriais representantes de cada fase, ou seja, do ato territorializante. A continuidade entre

⁸ “Energias de inovação”, definidas por Magnaghi (2001), são tecnologias, que se apropriadas e utilizadas corretamente, contribuem para o desenvolvimento de uma nova territorialidade autossustentável.

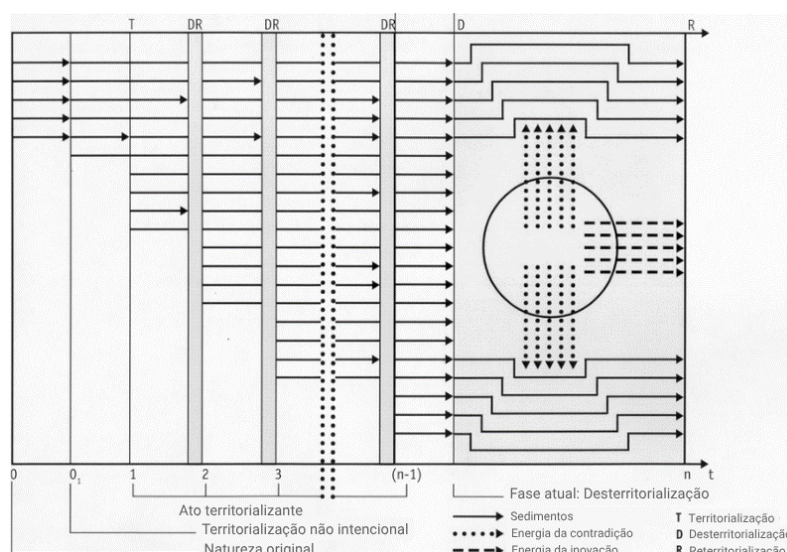


Figura 4

Esquema do Ciclo T-D-R. Fonte: Magnaghi, 2001, p. 16. Tradução das autoras.

os processos do ciclo TDR, onde não há necessariamente uma ruptura entre as fases para que outra se inicie, explica a presença de diferentes sedimentos em um único território, uns mantidos, outros perdidos e/ou recuperados, dependendo dos objetivos e das características da comunidade naquele ciclo. Portanto, o método de análise territorial histórico-representacional-analítico apresentado se baseia nos ciclos de territorialização a fim de identificar, investigar e representar os aspectos e elementos pertencentes à territorialização de Aracruz.

2.1 Método e prática: uma narrativa morfotipológica

A análise dos ciclos de territorialização é elaborada em múltiplas frentes de pesquisa — historiográfica, cartográfica, bibliográfica, arquivística, imagética (fotografias, desenhos, entre outros) e de levantamento de campo, num processo produtor de documentação capaz de classificar, descrever e interpretar os dados obtidos. No Atlas do Patrimônio Territorial, são realizadas representações do território de forma descritiva e sintética, de modo a alcançar um conhecimento aprofundado do patrimônio territorial por meio da sobreposição e da articulação das informações adquiridas (Carta, 2011).

A representação cartográfica patrimonial permite a identificação dos elementos permanentes, persistentes e cancelados nas áreas de estudo, descrevendo fases históricas, relações ambientais e particularidades territoriais do objeto analisado, num processo descritivo, interpretativo e representacional das conformações e transformações morfotipológicas do território. A descrição corresponde à construção de um sistema informativo territorial capaz de representar as análises históricas do processo de territorialização, fundamentadas nos sedimentos cognitivos — constituintes do *milieu*⁹ — e nos sedimentos materiais, de modo a realizar análise detalhada e profunda das características territoriais e evidenciam os tipos territoriais (Magnaghi, 2001). Lucchesi (2000) complementa esse entendimento ao destacar o papel dos dados na restituição das relações ambientais e dos sedimentos antrópicos, e das transformações dos assentamentos históricos. Destarte, compreende-se que o reconhecimento dos sedimentos de longa duração é produzido a partir da reconstrução dos processos de territorialização, e associadas fases de organização territorial; e a representação como fundamento do processo de patrimonialização proativa do município de Aracruz, uma vez que, ao identificar e apreender os sedimen-

⁹ Meio (tradução nossa) – conjunto de sedimentos cognitivos de caráter ambiental (saberes e técnicas produtivas locais) e identitária (saberes socioculturais de longa duração) (Magnaghi, 2001).

tos de longa duração (constituintes do patrimônio territorial), produz conhecimento capaz de subsidiar o planejamento orientado à reterritorialização, conforme o esquema elaborado por Magnaghi (2005, p. 8).

Articulada às proposições de Magnaghi, Poli (2017) afirma ser a análise morfotipológica dotada de caráter estrutural na compreensão e na identificação das regras de reprodução do patrimônio territorial em contínua evolução e transformação. A abordagem da autora inclui a morfologia (uma forma específica) e a tipologia (a repetição dessa forma), configurando-se como norma qualitativa e representacional dos componentes espaciais singulares do território (representáveis, mensuráveis, avaliáveis) e estáveis no contexto regional. O procedimento se organiza em quatro etapas metodológicas: (1) o estudo do posicionamento do assentamento por meio da comparação entre a estrutura história e o substrato geomorfológico; (2) o conhecimento dos processos estruturantes de assentamento e de povoamento; (3) a apreensão das formas territoriais e suas transformações; e (4) a representação síntese dos estudos realizados de maneira a evidenciar relevantes permanências históricas. As etapas evidenciam a modificação estrutural do assentamento em seu processo coevolutivo, auxiliando no reconhecimento dos sedimentos histórico-arqueológicos, do patrimônio territorial, e de como ocorreu sua permanência. A representação, ao evidenciar a sobreposição das configurações espaciais do passado, revela sua organização e a presença de sedimentos territoriais, demonstra a consistência patrimonial do território, seu estado-da-arte e contribui para a definição de estratégias voltadas à sua valorização e salvaguarda.

Portanto, compreende-se a elaboração cartográfica do patrimônio territorial como um instrumento analítico-metodológico atuante como meio representacional para descrição e síntese do conhecimento territorial acumulado, incorporando seus sedimentos. Por meio dessa abordagem, torna-se possível: (i) o entendimento aprofundado do patrimônio territorial; (ii) a descrição e a representação dos elementos e das relações patrimoniais que o estruturam, destacando a dimensão histórico-temporal do espaço geográfico; e (iii) uma nova territorialização (reterritorialização), visto ser realizada pela compreensão dos sistemas relacionais e coevolutivos entre as camadas física, construída e antrópica.

Em Carta (2011), o Atlas é um instrumento orientador das regras de transformação e desenvolvimento

para a construção de cenários estratégicos embasado na autossustentabilidade, promovendo a manutenção do patrimônio para as futuras gerações. O autor, no estudo "*Atlas Territorial do Circondario Empolese Valdelsa*", explora as estruturas de assentamento e identifica aspectos a serem descritos e analisados: (a) morfologia, geologia, hidrologia e declividade; (b) vegetação, biotipos, rede ecológica e áreas de proteção; (c) bens etnoantropológicos, bens arqueológicos, núcleos históricos e estradas históricas; (d) uso do solo, expansão urbana, infraestruturas, dinâmica de assentamento (Carta, 2011), classificados em temáticas síntese: (a) a morfológica, (b) a ambiental, (c) de assentamento e (d) a socioeconômica. O resultado é a representação patrimonial nas dimensões ambiental, territorial e socioeconômica, num processo de articulação de ações cognitivas e representações descritivas das regras estatutárias, considerando seu histórico de desenvolvimento (Figura 5). A representação é constituída pelos sedimentos cognitivos (o *milieu*) e materiais denotadores do tipo territorial e paisagístico. O patrimônio ambiental é composto pelos



Figura 5

Articulação dos elementos constituintes do Atlas do *Circondario Empolese-Valdesa*. Fonte: Carta, 2011, p. 37. Traduzido em: Nossa, 2020, p. 47.

elementos inseridos no contexto ambiental e morfológico. O patrimônio socioeconômico corresponde aos modelos socioculturais de longa duração, ao *milieu* socioeconômico, à projetualidade social e aos saberes e contextuais (Uliana, 2022; Carta, 2011; Magnaghi, 2005). A representação territorial permite uma análise detalhada das características locais, evidenciando identidades e potencialidades regionais. A partir da

sobreposição e da síntese dos dados, delineiam-se tipos territoriais, invariantes estruturais e cenários tendenciais fundamentais para os objetivos do trabalho. Essa leitura estratigráfica revela dinâmicas, relações e princípios identitários por meio da decomposição cognitiva e interpretativa do território (Fantini, 2001).

Assim sendo, em aplicação metodológica, a partir de pesquisa cartográfica e histórica, identificam-se como referências do processo histórico de ocupação territorial em Aracruz: território originalmente habitado pela população indígena (Uliana, 2022); na metade do século XVI, há registros da primeira ocupação de imigrantes, com a fundação de aldeia jesuítica; a intensificação da chegada dos imigrantes europeus ao Espírito Santo, na segunda metade do século XIX; no início do século XX, a construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas marca um processo de expansão urbana identificado a partir do surgimento de novos núcleos de assentamento; atualmente está em um processo de transformação intensificado com instalações industriais-portuárias (Figura 6). O processo de crescimento populacional de Aracruz se inicia de modo significativo na década de 1970, impulsionado pela instalação da empresa Aracruz Celulose¹⁰ em seu território - processo gerador de expressivo impacto na ocupação territorial devido à influência de empreendimentos industriais de grande porte associada à expansão de assentamentos e núcleos urbanos existentes.

¹⁰ Empresa brasileira de fabricação de celulose e papel. Em Aracruz, mantinha um complexo industrial de fabricação e um porto privativo.

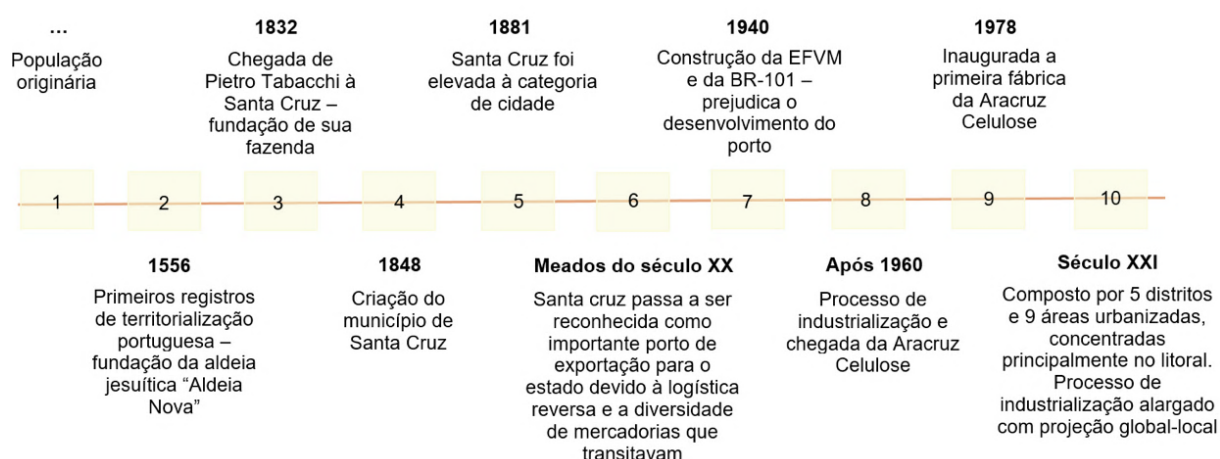


Figura 6

Linha do tempo ciclos de territorialização de Aracruz.

Fonte: Elaborado pelas autoras (adaptado de: Uliana, 2022, p. 81).

Em Aracruz, a ocupação se dá em modo disperso e fragmentado, constituindo pequenos núcleos urbanos e rurais e concentração no litoral e na Sede - princi-

pal núcleo urbano municipal. Em termos financeiros, a economia local se estrutura em dinâmicas produtivas vinculadas ao mercado internacional, seja por meio de instalações industriais e portuárias, seja por meio da produção agrícola com base na silvicultura de eucalipto, em associação a outras atividades agropecuárias. Em conjunto, os dois processos (urbanização e industrialização) expressam a compreensão do território como recurso, dotado de valor de troca (Haesbaert, 2004). No referente ao ambiente, os traços de degradação são evidenciados em rupturas nas estruturas morfológicas e ambientais, por meio da substituição de vegetação nativa por culturas agrícolas e pastagens.

A industrialização, intensificada ao final do século XX, e a expansão da atividade portuária, no século XXI, atuam de modo desterritorializante acelerado. Como consequências, entre tantas outras, destaca-se o impacto socioambiental sobre comunidades indígenas (a despeito da instituição legal de aldeamentos), tradicionais e ribeirinhas - muitas vezes em associação -, responsáveis pela transmissão de saberes produtivos de relevante importância para a patrimonialização. Por outro lado, a agricultura familiar possui potencial para a ampliação¹¹, após a identificação das possibilidades de diversificação do plantio, propiciada pela diversidade hídrica, pelo solo fértil e pelo terreno em planície. A análise morfotipológica é realizada nos quatro âmbitos referidos: ambiental, rural, de assentamento e urbano.

A *morfotipologia ambiental* investiga relações espaciais entre componentes territoriais representados por elementos do relevo, da rede hidrográfica e da vegetação local, e refere-se aos elementos naturais componentes da camada físico-hídrico-geomorfológica do território - águas, bacias hidrográficas, identidades bioregionais, biotipos e ecomosaicos, redes ecológicas, vegetação e biomassas (Uliana, 2022; Carta, 2011; Magnaghi, 2005). Em análise cartográfica, identifica-se: um território caracterizado por extensa e abundante rede hídrica (rios, lagoas e mar); uma vegetação nativa, reconhecida em fragmentos reduzidos, geralmente com disposição sinuosa, um traçado ramificado e pequenos lotes de formato retangular, entremeada à monocultura do eucalipto (de cobertura dominante) (Figura 7). No entanto, o município possui Áreas de Reserva Legal (ARL)¹², Área de Preservação Permanente (APP)¹³, Área de Vegetação Nativa, Áreas Rurais Consolidadas¹⁴ - as áreas de preservação marítimas salvaguardam o "Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz" e a "Área de Proteção Ambiental Costa das Algas", já as de preservação terrestres protegem

¹¹ Dado analisado a partir do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural, Proater 2020-2023 (Incaper - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural). Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Aracruz.pdf>. Acesso em: 28 de abril de 2022.

¹² "De acordo com a Lei nº 12.651/2012 [Código Florestal], todo imóvel rural deve manter uma área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal. Trata-se de área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa" (Embrapa, s.d a).

¹³ Definida pela Lei nº 12.651/2012, do Código Florestal, a Área de Preservação Permanente (APP) "é uma área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas" (Embrapa, s.d c).

¹⁴ Definida pelo Código Florestal (Lei 12.651/2012) como "a área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio" (Embrapa, s.d b).

as áreas de manguezal no entorno do Rio Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim, o Parque Natural Municipal do Aricanga (no interior), e a Reserva de Comboios (litoral norte) (Figura 8).

A *morfotipologia rural* considera as relações estruturais e espaciais do território formadas pelo relevo, pela rede hidrográfica, pelas tramas agroflorestais e pelo

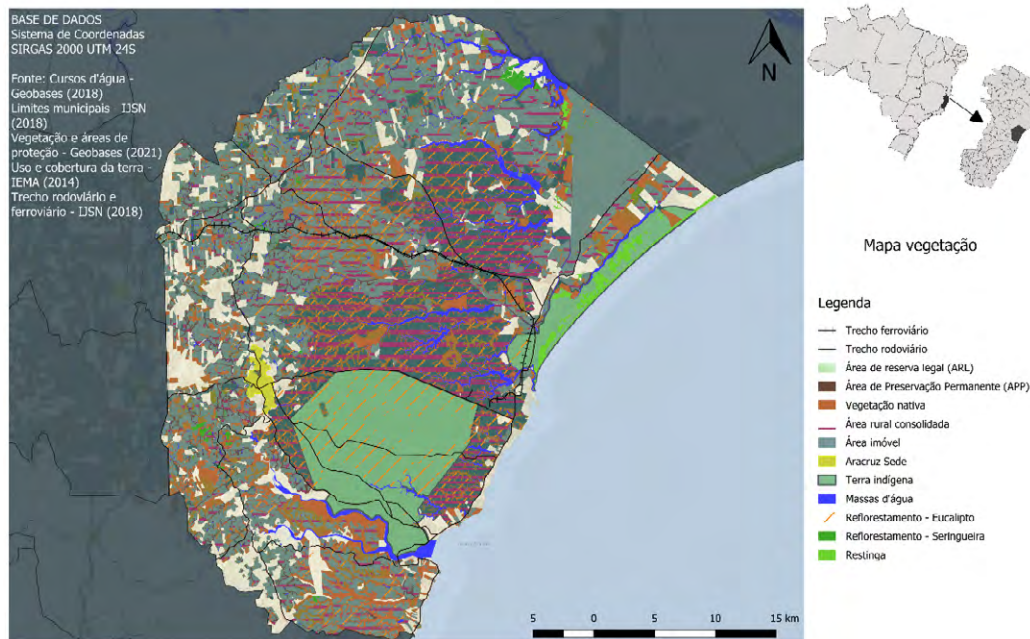


Figura 7
Mapa - Vegetação. Fonte: Uliana, 2022, p. 144.

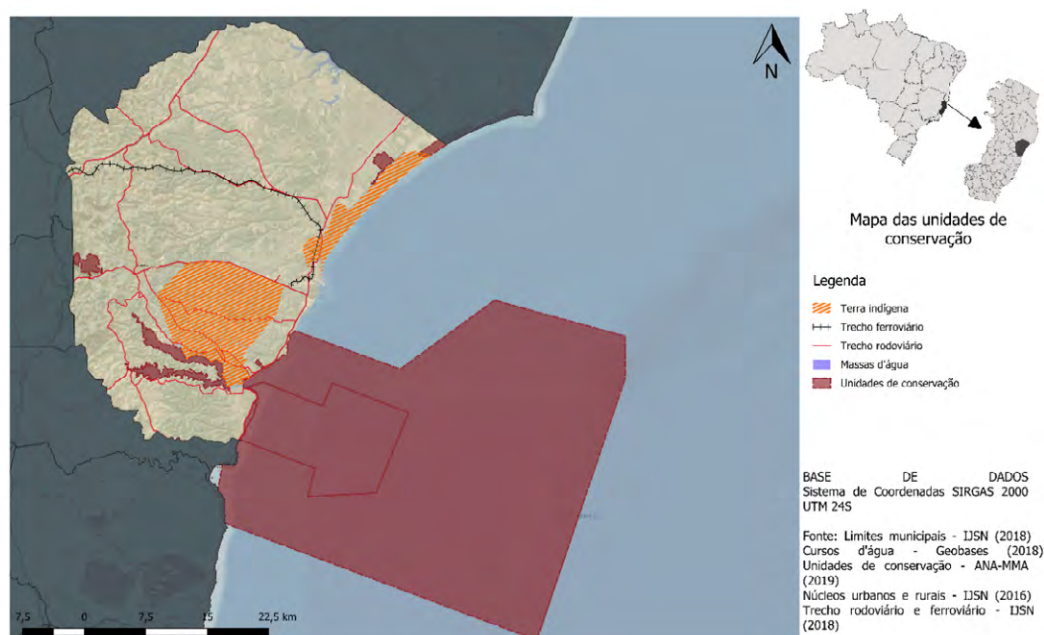


Figura 8
Mapa - Zonas naturais e unidades de conservação. Fonte: Uliana, 2022, p. 137.

¹⁵ O Morro do Aricanga é parte da Reserva Ecológica do Aricanga, uma área de mais de 250 hectares e uma das unidades de conservação da flora e da fauna, além de ser espaço de pesquisa, recreação e turismo.

parcelamento da terra nas áreas antrópicas agrícolas. Aracruz possui um terreno primariamente planificado, constituído de poucas áreas de relevo no interior, em formações rochosas e montanhosas - o ponto mais elevado possui 550 metros de altitude, o Morro do Aricanga¹⁵. O principal elemento hídrico é o rio Piraquê-Açu, composto por dois "braços de mar", chamados popularmente de Piraquê-açu e Piraquê-mirim - meios de entrada de imigrantes e de mercadorias ao interior capixaba, e, atualmente, são utilizados para transporte comercial - e seus afluentes. Seu estuário possui uma dinâmica geomorfológica de fusão entre o mar e o rio, constituindo um sistema próprio de cobertura vegetal de manguezal e vasta biodiversidade. Ademais, o município possui outros doze rios - cinco de porte médio e sete de pequeno porte - e três lagoas (Florêncio, 2010) (Figura 9). No interior, o cultivo agrícola possui maior expressão, principalmente a cafeicultura e a fruticultura, mas também são identificadas extensas áreas de pastagem (Figura 10). Por todo o território, há predominância do uso do solo para a monocultura de eucalipto, enquanto na costa litorânea estão instalados portos de diferentes empresas privadas, um dedicado à exportação de celulose e outro de matéria prima naval. Isso constitui uma dinâmica local-global, impactando a arrecadação monetária e a circulação de produtos para o município.

A morfotipologia de assentamento - relacionada às características espaciais e antrópicas do território, bem

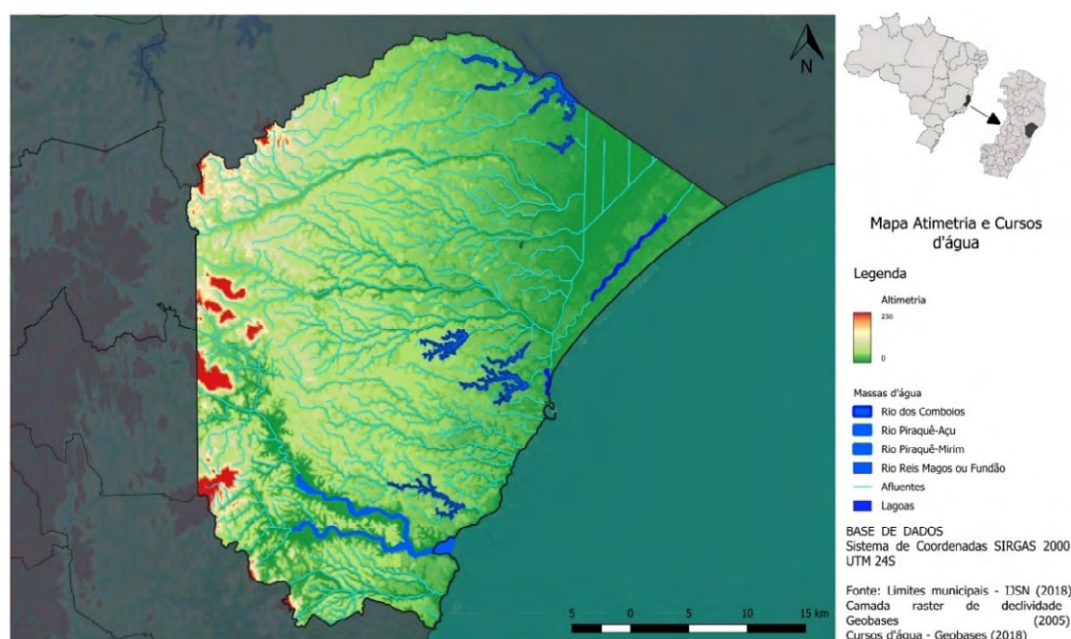


Figura 9
Mapa – Altimetria e Cursos d'água. Fonte: Elaborado pelas autoras (adaptado de: Uliana, 2022, p. 118/121).

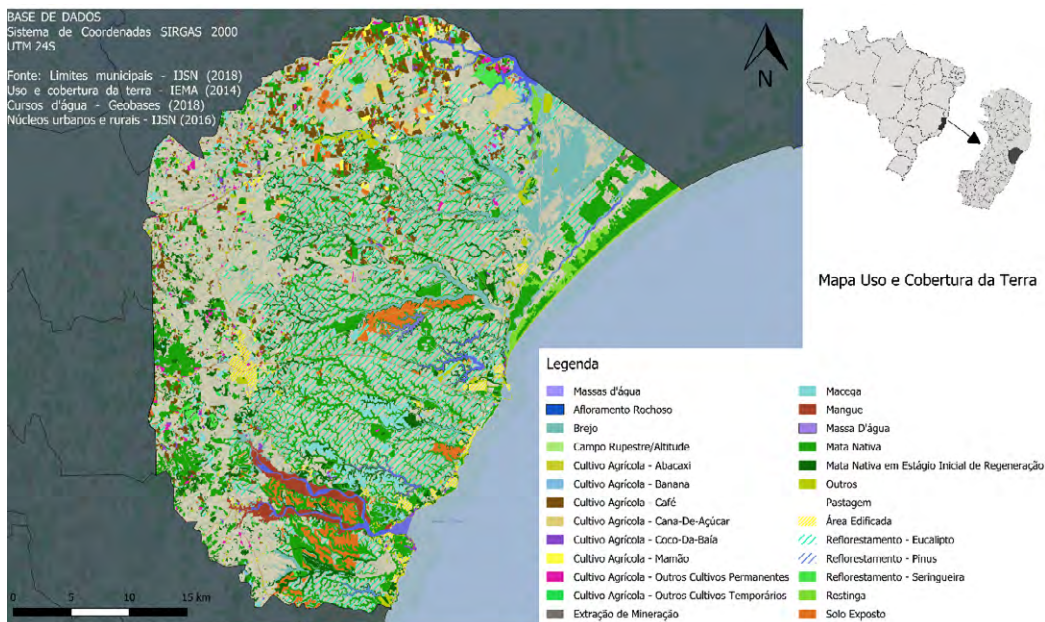


Figura 10
Mapa - Uso e cobertura da terra. Fonte: Uliana, 2022, p. 124.

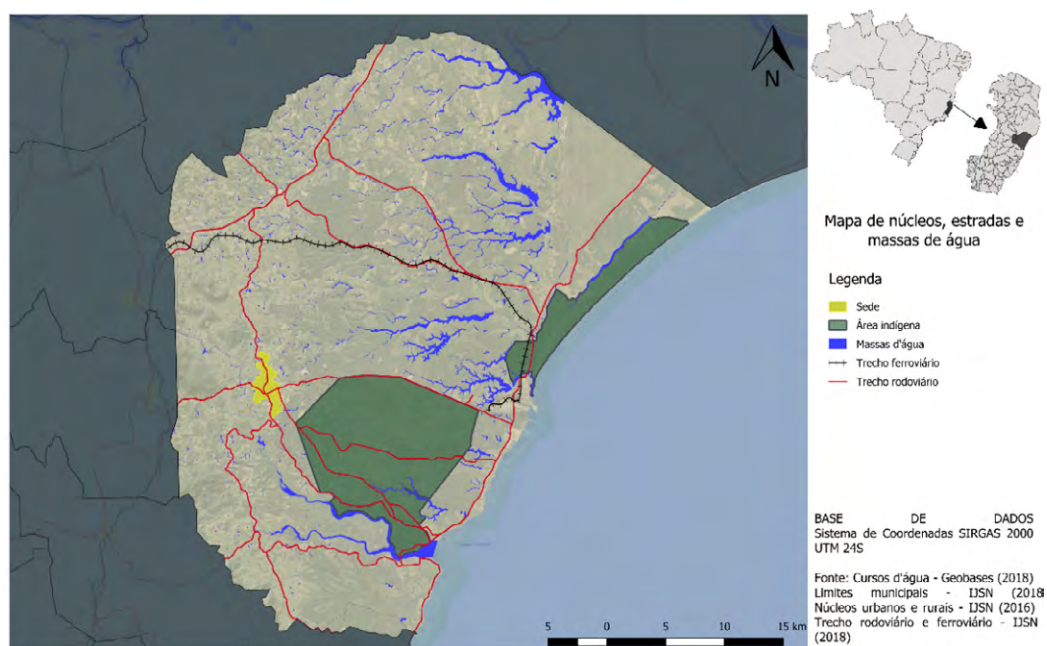


Figura 11
Mapa - Núcleos, estradas e massas d'água. Fonte: Uliana, 2022, p. 153.

como à sua articulação territorial – é estabelecida pelas áreas urbanizadas e os aldeamentos indígenas, núcleos urbanos e rurais, infraestruturas de transporte e comunicação e seus condicionantes naturais (hidrogeomorfologia) (Figura 11). Em Aracruz, esse morfotipo é determinado por pequenos assentamentos urbanos de baixa densidade habitacional e dispersos no território, em maioria próximos a infraestruturas de transporte, ou no litoral, além da Sede, centralizada ao território. A infraestrutura de transporte e comunicação contempla

¹⁶ Ramal ferroviário da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) construído na década de 1980 pela VALE para o escoamento de celulose.

¹⁷ Fundamentada no “Manual Técnico de Uso da Terra” do IBGE (2013). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=281615>. Acesso em: 21 ago. 2025.

cinco rodovias estaduais e uma federal (BR-101), dois grandes portos marítimos privados, e um ramal ferroviário¹⁶ da Estrada de Ferro Vitória-Minas, conectado a um dos portos privados. Ressalta-se a permanência, mesmo em meio a transformações, Santa Cruz, o núcleo municipal mais antigo resultante de assentamento jesuítico do século XVI, e, também, núcleo de relevância no período provincial do Espírito Santo.

A *morfotipologia urbana* se constitui de pequenos assentamentos urbanos. Fundamentado na classificação do IBGE¹⁷, são identificados – segundo suas particularidades – cinco tipos urbanos: cidade, vila, comunidade, balneário e complexo industrial. A partir dessa classificação, são reconhecidas as tipologias dos núcleos urbanos de Aracruz: como cidade, somente a Sede; um complexo industrial; três distritos como Balneários; cinco vilas; uma vila indígena; e sete comunidades. A Sede ocupa posição central no território, enquanto os demais núcleos urbanos estão distribuídos em localizações litorâneas e interioranas, especialmente implantadas junto à Rodovia BR-101. Em maioria, os núcleos conformam-se em modo linear, sem a presença de regularidade no parcelamento e no traçado viário. No litoral, há exceções, em vista de terem se constituído a partir de planejamento e projeto, como o bairro de Coqueiral (no distrito de Santa Cruz). Quanto à Sede municipal, a forma urbana apresenta maior regularidade, mas sem seguir padrões morfológicos (Figura 12). A partir da afluência de população, em razão da concentração de empregos, verifica-se uma expansão em modo axial centrífugo, em dois eixos: Norte-Sul e Leste-Oeste.



Figura 12
Morfologia urbana de Aracruz – Sede, Barra do Riacho e Balneários. Fonte: Uliana, 2022, p. 159/161/162.

Por meio da análise territorial fundamentada na leitura do Atlas do Patrimônio Territorial, que identifica os morfotipos e os potenciais patrimoniais locais, torna-se possível revelar os sedimentos cognitivos e materiais do território em situação de risco. Na perspectiva da reterritorialização orientada à patrimonialização territorial, os morfotipos rural e ambiental são identificados como os mais relevantes, pois apresentam transformações mais expressivas na longa duração. Trata-se de um território de baixa densidade habitacional, cujas mudanças têm sido marcadas por substituição da cobertura vegetal original pela monocultura e pela implantação de instalações industriais de grande porte, processos que alteram as relações historicamente estabelecidas no território e que ultrapassam limites legalmente estabelecidos, avançando sobre território indígena.

Nas cartografias, os assentamentos urbanos são representados com as redes viárias e os corpos hídricos, evidenciando a estreita relação entre a urbanização, água e infraestrutura, revelando uma proximidade física entre esses elementos e as áreas industriais implantadas a partir do final do século XX. Identifica-se uma fratura e um desequilíbrio entre o Leste (litoral) e o Oeste (interior) do município nas estratégias de planejamento econômico. No litoral, concentram-se atividades industriais, núcleos urbanos próximos às águas, territórios indígenas e áreas de monocultura de eucalipto, enquanto no interior predominam produtores rurais, sobretudo a noroeste do município. Historicamente, Aracruz apresenta um padrão de ocupação predominantemente rural, sustentado por uma economia de produção local. Contudo, com a implantação de empresas em escala global, observa-se uma reestruturação dos padrões políticos, sociais, econômicos, ambientais e territoriais, reconhecíveis na configuração urbana, rural, na rede de assentamentos (infraestrutura viária, ferroviária, logística portuária) e territorial, acelerando radicalmente a modernização e a reestruturação física-econômica-social e ecológica local, muitas vezes sobreposta a territórios indígenas. O resultado é o crescimento populacional acelerado, a expansão da urbanização — especialmente na sede municipal e no litoral — e a transformação das dinâmicas territoriais (Florêncio, 2010), com inadequada superposição em aldeamentos indígenas.

O Mapa Síntese do patrimônio territorial, construído com a sobreposição das camadas e informações dos morfotipos de maior relevância — rural e ambiental —, permite uma leitura integrada, evidenciando a coexistência entre áreas prioritárias de proteção ambien-

tal e atividades produtivas, especialmente agrícolas, frequentemente localizadas às margens dos rios e no entorno de unidades de conservação (Figura 13). As sobreposições revelam o cumprimento parcial de normas ambientais e tensões decorrentes do uso intensivo da terra, sobretudo pela monocultura do eucalipto, que se estende sobre territórios indígenas, gerando impactos socioambientais e comprometendo saberes e práticas tradicionais. Ainda assim, persistem fragmentos de mata nativa e duas áreas protegidas: a Reserva Biológica de Comboios e o Parque Natural Municipal do Aricanga, fundamentais para a preservação dos ecossistemas.

A tipologia urbana da Sede reflete uma tentativa de integração territorial. No entanto, indústrias produtivas vinculadas à monocultura e logística portuária transformaram profundamente o território e a dinâmica local - embora tenha impulsionado a economia por meio da geração de empregos, provocou impactos negativos significativos na agricultura familiar, na cultura local e no meio ambiente. Diante do exposto, compreende-se que, até meados do século XX, Aracruz era predominantemente rural, e, a partir dos anos 1960, passa a experimentar acelerada modernização de origem exógena conduzida por agentes marcadamente mundiais. Esse processo gera uma reconfiguração territorial manifestada por homogeneização produtiva, exclusão de saberes locais e desterritorialização dos modos de vida tradicionais — fenômeno em curso e que deman-

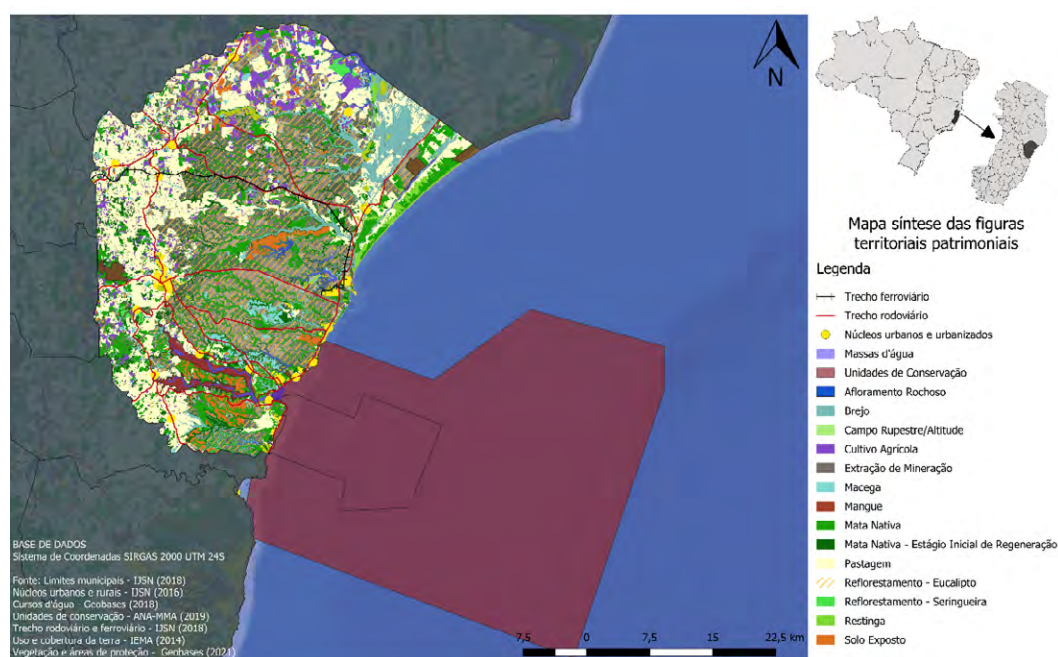


Figura 13
Mapa - Síntese das figuras territoriais patrimoniais. Fonte: Uliana, 2022, p. 176.

da reflexão crítica frente às diretrizes de valorização local por colocar em risco bens formadores de identidade territorial. Frente a esse contexto destrutivo, torna-se fundamental o processo de leitura, reconhecimento e patrimonialização do território — como exposto, orientado pelos morfotipos territoriais — diante dos riscos contemporâneos incidentes sobre seus sedimentos. Tal processo visa a proteção do patrimônio territorial para as gerações futuras e a continuidade de territorialidades acumuladas na longa duração, de modo a orientar novos ciclos de reterritorialização. Isso se justifica porque cada ciclo de territorialização constitui um evento cultural, devendo, portanto, ser considerada a identidade territorial-cultural de cada sociedade, produzida enquanto constituição histórica.

3. Considerações finais

O método de leitura morfotipológica permite o reconhecimento histórico do território por meio da representação e da interpretação de seu patrimônio. A sistematização das informações, em um Atlas do Patrimônio Territorial, possibilitou identificar os morfotipos e seus respectivos valores patrimoniais, com destaque aos morfotipos rural e ambiental. As cartografias potencializaram a análise integrada dos dados espaciais e históricos, viabilizando uma representação analítica (em virtude da combinação, manipulação e tratamento dos dados) e interpretativa do território, expressa na síntese representacional territorial. Nesse sentido, o Atlas e os morfotipos assumem papel central no processo investigativo, ao sintetizarem, gráfica e descritivamente, a complexidade do sujeito territorial. Mais do que representações visuais, as cartografias configuram-se como sínteses interpretativas evidenciadoras dos arranjos espaciais, das tensões entre lógicas de desenvolvimento e potenciais patrimoniais persistentes ou ameaçados, fundamentais para os processos de patrimonialização territorial.

A articulação entre análise qualitativa, leitura morfotipológica e representação espacial, estruturada por uma abordagem metodológica estruturada, demonstra potencial de aplicação em distintos contextos territoriais e históricos. Embora originada em contexto europeu, a metodologia mostrou-se pertinente quando adaptada às especificidades do contexto brasileiro, evidenciando sua capacidade de produzir resultados analíticos consistentes quando considerada em consonância com as particularidades locais.

O artigo apresenta o território como construção histórica, singular e multidimensional, constituída pela

sobreposição de sedimentos materiais e imateriais resultantes de sucessivos processos de territorialização e da atual desterritorialização. O percurso parte do resgate histórico, descritivo, representacional e analítico do território, orientado pela leitura dos morfotipos territoriais, na perspectiva da patrimonialização territorial. Assim, fundamentado nos referenciais da Escola Territorialista Italiana, o estudo reconhece o território como expressão das interações culturais, sociais, econômicas, políticas e ambientais que moldam sua identidade na longa duração.

A partir de uma perspectiva teórico-metodológica baseada na morfotipologia territorial, realiza-se uma leitura aprofundada de Aracruz, revelando os elementos permanentes, persistentes, transformados e fragilizados integrantes de seu patrimônio. O município possui seu território ocupado principalmente pelos sedimentos: (i) a monocultura de eucalipto e infraestruturas industriais-portuárias, evidenciando o processo de desterritorialização; (ii) o uso da terra voltado à fruticultura e pastagem, associados a continuidade de sedimentos cognitivos e atores da longa duração, caracterizando novas camadas de territorialização; (iii) a presença do território indígena, sedimento de longa duração, reconhecido como permanente territorial. Assim, é evidente que os morfotipos rural e ambiental são os de maior relevância sobre o município, nos quais são identificados os principais sedimentos cognitivos e materiais do território, abrangendo tanto os de longa duração, quanto os transformados e perdidos. Destarte, é fundamental que os atores das territorializações de longa duração reconheçam e se apropriem de seu valor, fortalecendo sua autonomia e empoderamento sociocultural, ampliando sua capacidade de intervenção no processo de patrimonialização e na formulação de diretrizes para a transformação territorial. Essas identificações também possibilitam a redução da velocidade de transformação de Aracruz, caracterizado pela influência econômica global-local, resultante da fragmentação e da dispersão dos sedimentos constituintes do patrimônio territorial nas últimas décadas.

Dessa forma, a principal contribuição do artigo reside na demonstração da capacidade da leitura morfotipológica — desenvolvida por meio de diferentes etapas de investigação que permitem o conhecimento aprofundado do território e a identificação de seus sedimentos constitutivos — revelar o patrimônio territorial e contribuir para a redução dos riscos que incidem sobre o patrimônio territorial. A partir dessas informações, é possível elaborar a síntese dos elementos pa-

trimoniais e identificar seu domínio, criticidade, valor e indicações projetuais com vistas a uma reterritorialização, compondo um Quadro do Patrimônio Territorial. Em seu sentido operacional, a metodologia apresentada se consolida como instrumento fundamental em processos orientados à patrimonialização territorial, ao permitir a revelação de valores, criticidades e potencialidades, conduzindo estratégias de reterritorialização e desenvolvimento territorial.

Frente à desterritorialização alargada em vigor, agravada devido à ruptura com as raízes territoriais, o processo metodológico-representacional desenvolvido possui potencial para aplicação em diferentes contextos territoriais, podendo ser empregado a outras camadas do patrimônio territorial, em especial, se composta por uma equipe multidisciplinar. A partir da interpretação e descrição do Atlas do Patrimônio Territorial, é possível analisar o território de modo a elaborar estratégias para o desenvolvimento autodeterminado, em um processo de conscientização e valoração dos lugares e de seus sedimentos. Como desdobramento do processo metodológico apresentado, pode-se citar elaboração de Quadro do Patrimônio Territorial, produto base para o desenvolvimento do Estatuto dos Lugares e fundamento para o projeto autodeterminado do território, tendo em vista uma reterritorialização.

Agradecimentos

À CAPES, pelo apoio financeiro à pesquisa de mestrado e ao doutoramento em curso.

Referências

CARTA, M. *La rappresentazione nel progetto di territorio. Un libro illustrato*. Firenze: Firenze University Press, 2011.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (Embrapa). Área de Reserva Legal (ARL). *Código Florestal: Adequação ambiental da paisagem rural*. S.d, a. Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl>. Acesso em: 16 de jul. de 2022.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (Embrapa). *Código Florestal: Adequação ambiental da paisagem rural: Perguntas e respostas*. S.d, b. Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/entenda-o-codigo-florestal/perguntas-e-respostas>. Acesso em: 16 de jul. de 2022.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (Embrapa). Área de Preservação

Permanente (APP). *Código Florestal: Adequação ambiental da paisagem rural*. S.d, c. Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/entenda-o-codigo-florestal/area-de-preservacao-permanente>. Acesso em: 16 de jul. de 2022.

FANTINI, D. Rappresentare nel processo di piano. In: MAGNAGHI, A. *Rappresentare i luoghi. Metodi e tecniche*. Firenze: Alinea Editrice, 2001.

FLORÊNCIO, C. *As margens do Piraquê-Açu: etnogênese e território. Uma abordagem geográfica*. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

HAESBAERT, R. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://biosphera21.net.br/APOIO/PAISAGEM-CONCEITOS/2014-HAESBAERT-territorio.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2026.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (Incaper). *Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural, PROATER 2020-2023*. Governo do Estado do Espírito Santo, Secretaria de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca, 2020. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Aracruz.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2022.

LUCCHESI, F. *La rappresentazione del patrimonio territoriale di lunga durata: costruzione di Sistemi Informativi e produzione di cartografia digitale*. Firenze, 2000.

MAGNAGHI, A. *Il progetto locale: Verso la coscienza di luogo*. Firenze: Bollati Boringhieri, 2000.

MAGNAGHI, A. *Rappresentare i luoghi. Metodi e tecniche*. Firenze: Alinea Editrice, 2001.

MAGNAGHI, A. *La rappresentazione identitaria del territorio. Il ritorno dei luoghi nel progetto*. Firenze: Alinea Editrice, 2005.

MAGNAGHI, A. La storia del territorio nell'approccio territorialista all'urbanistica e alla pianificazione. *Scienze del Territorio*, [S. l.], v. 5, p. 32-41, 2017. Disponível em: <https://oajournals.fupress.net/index.php/sdt/article/view/8558>. Acesso em: 24 mar. 2026.

NOSSA, D. F. *Riscos territoriais em projetos representacionais: investigação do patrimônio territorial de João Neiva – ES*. 2020. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Artes, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

POLI, D. Processi storici e forme della rappresentazione identitaria del territorio. *Scienze del Territorio*, [S. l.], v. 5, p. 42-53, 2017. Disponível em: <https://oajournals.fupress.net/index.php/sdt/article/view/8559>. Acesso em: 24 mar. 2026.

POLI, D. Il patrimonio territoriale fra capitale e risorsa nei processi di patrimonializzazione proattiva. In: MELONI, B. *Aree interne e progetti d'area*. Torino: Rosenberg e Sellier, 2015, pp. 123-140.

SERRA, G. G. *Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*. São Paulo: EDUSP & Mandarim Editora, 2006.

ULIANA, J. C. *Patrimônio Territorial Como Fundamento do Planejamento: projeto representacional e estatuto dos lugares*. 2022. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Artes, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.